ATA DA XV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ACRE – CAEAC MANDATO 2025–2029.

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, na sala 02, térreo do Palácio do Comércio II, em Rio Branco/AC, realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Conselho de Alimentação Escolar do Acre (CAEAC).

A sessão foi aberta pelo presidente do Conselho, professor Valquírio Firmino da Silva, que deu as boas-vindas aos conselheiros presentes e registrou agradecimento especial aos convidados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI): Carolina Ghidetti Costa, especialista em indigenismo; Jakelene Nonato N. Kaxinawá; e Leonardo Lopes Augusti, também especialista em indigenismo. Da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE), esteve presente o arquiteto Matheus da Silva Filgueira, do Departamento de Manutenção. Todos compareceram a convite deste Colegiado, com o propósito de contribuir com os diálogos das pautas da reunião.

Na sequência, o presidente declarou iniciada a pauta do dia, composta pelos seguintes pontos:

1) Apresentação do Relatório das visitas técnicas às escolas estaduais indígenas de Santa Rosa do Purus;

O presidente iniciou sua fala agradecendo à FUNAI pela parceria na missão realizada a pedido do CAEAC, ressaltando o apoio logístico prestado, tanto no transporte — com a disponibilização de um barco — quanto no acompanhamento da equipe, por meio da designação de um servidor.

Em seguida, apresentou as informações contidas no relatório, fundamentadas na experiência vivida durante a execução da demanda. Relatou as visitas técnicas realizadas em oito escolas indígenas, sendo quatro estaduais e quatro municipais — estas últimas abrigando também turmas do Estado.

Nas observações registradas, a equipe do CAEAC constatou que as comunidades indígenas visitadas apresentam capacidade produtiva já consolidada, o que as habilita a fornecer alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de Chamadas Públicas.

Aproveitando o momento, o arquiteto da SEE, Sr. Matheus Filgueira, expôs sobre as dificuldades logísticas enfrentadas pela Secretaria para realizar o fornecimento às comunidades indígenas. Destacou, contudo, que, havendo a possibilidade de uma produção local contínua, essa condição representa uma oportunidade extremamente positiva.

Em seguida, foram apresentadas as dificuldades relatadas pelas comunidades indígenas, entre elas: ausência de energia elétrica, inexistência de freezers ou geladeiras, carência de equipamentos de refrigeração e a falta do cardápio do exercício de 2026. Um ponto destacado foi que, embora as residências no entorno das escolas disponham de energia proveniente de placas solares, as unidades escolares ainda não contam com esse recurso.

Entre os pontos destacados, além da questão da falta de energia elétrica, o presidente reforçou a preocupação com a potabilidade da água nas escolas, ressaltando toda a logística necessária para garantir o acesso à água própria para consumo.

O presidente informou ainda que, em reunião anterior com a FUNAI, os servidores responsáveis pela área pedagógica comprometeram-se a encaminhar ofício à empresa Energisa, com o objetivo de verificar a possibilidade de atendimento às unidades escolares mencionadas. Durante a apresentação do relatório, foram exibidas imagens que contextualizaram os fatos observados nas visitas.

Posteriormente, o presidente solicitou sugestões de encaminhamentos para enfrentar as dificuldades apresentadas, ressaltando que, uma vez solucionada a questão da energia elétrica, diversos outros fatores poderiam ser igualmente resolvidos.

Em sua intervenção, o servidor da FUNAI, Sr. Leonardo Augusti, destacou que o primeiro passo seria acionar a empresa Energisa e, paralelamente, notificar as secretarias estadual e municipal, de modo que, em conjunto, possam buscar soluções efetivas. Caso não haja movimentações concretas para a resolução das demandas, sugeriu que se avalie a possibilidade de encaminhar a questão ao Ministério Público Federal.

O Sr. Matheus Filgueira, ao tratar dos pontos estruturais, destacou que, na elaboração dos projetos das escolas, todos seguem padrões estabelecidos pela vigilância sanitária. Contudo, como responsável, pela elaboração de projetos, apontou a ausência de alguns elementos que deveriam estar visíveis, como telas milimétricas e prateleiras nos depósitos das cantinas. Informou, ainda, que buscará diálogo com o departamento para verificar se tais itens correspondem a pendências de execução, já que, em geral, costumam estar contemplados nos projetos.

Não havendo mais manifestações para encaminhamentos, o presidente prosseguiu com a reunião, passando ao próximo ponto da pauta.

2. Dialogar sobre a Resolução CD/FNDE nº 11/2026, que dispõe sobre a aquisição, por meio de chamada pública específica, de gêneros alimentícios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

O presidente contextualizou que, com a publicação da Resolução CD/FNDE nº 11/2026, houve uma flexibilização nas questões higiênico-sanitária para aquisição da alimentação escolar para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), permitindo que os próprios fornecedores das comunidades indígenas participem diretamente do processo. Ressaltou que, por se tratar de uma chamada pública específica, outros grupos não poderiam concorrer, o que contribui para assegurar a participação das comunidades e, ao mesmo tempo, possibilita o enfrentamento da questão da oferta de proteínas existentes no próprio território, no âmbito do PNAE.

Enfatizou que, sem o diálogo entre os diversos órgãos que podem se mobilizar para a efetivação da aquisição de alimentos dos PCT, conforme previsto na resolução, não será possível garantir uma oferta adequada de alimentação que respeite a cultura alimentar dessas comunidades. Para tanto, é indispensável uma mobilização conjunta, acompanhada de apoio e assistência efetiva das instituições envolvidas e, não somente da SEE.

3. Outros informes:

- **Requisição do Ministério Público do Estado do Acre;**
  Sobre essa demanda, o presidente explicou que foi realizada visita técnica a uma unidade escolar a pedido do Ministério Público do Acre (MPAC) e que o CAEAC tem buscado atender todas essas demandas.
- **Entrega do relatório das visitas técnicas às escolas estaduais indígenas à FUNAI.**
  Foi relatado que, em momento anterior junto à FUNAI, o CAEAC entregou o relatório das ações realizadas nas escolas estaduais indígenas e agradeceu todo o apoio prestado ao Colegiado.

Encerradas as discussões e deliberações, o presidente agradeceu a presença e a colaboração de todos, declarando encerrada a reunião às dezesseis horas. A presente ata foi lavrada por Marlene S. Fernandes Araújo e será submetida à apreciação e assinatura dos membros do Conselho.

Rio Branco – Acre, 05 de Agosto de 2026.

Presentes na Reunião

Valquírio Firmino da Silva
Presidente do CAEAC

Miquéias de Oliveira Vasconcelos
Vice-presidente do CAEAC

Camila Lima da Silva
Conselheira Titular do Poder Executivo

Whebert Tadeu Morais Rezende
Conselheiro Titular de Pais de Alunos

Jonisete de Lima Mendes
Conselheiro Titular da Sociedade Civil

Manoel Neri Santiago
Conselheiro Titular de Pais de Alunos

Clemilda de Paiva Ferreira
Conselheira Suplente de Pais de Alunos

Isaías Lima Barbosa
Conselheiro Suplente de Pais de Alunos

Carolina Ghidetti Costa
Especialista em Indigenismo – SEDISC/FUNAI

Jakelene Nonato N. Kaxinawá
Especialista em Indigenismo – SEDISC/FUNAI

Leonardo Lopes Augusti
Especialista em Indigenismo – SEDISC/FUNAI

Matheus da Silva Filgueira
Arquiteto do Departamento de Manutenção/SEE